

## **INFÂNCIA E VIOLÊNCIA: UM OLHAR SENSÍVEL À CRIANÇA NA CONTEMPORANEIDADE.**

Jaqueline Rodrigues de Oliveira de Araújo,  
pedagoga, professora da educação infantil,  
especialista em Alfabetização e Letramento,  
Prefeitura Municipal de Vila Velha ES,  
Jackeara@hotmail.com

Ednalva Rodrigues de Oliveira, professora da  
educação infantil, especialista em Alfabetização e  
Letramento, Prefeitura Municipal da Serra ES,  
Ednalvaroliveira@hotmail.com.

Estudos das Infâncias, Juventudes e Velhice.

### **Resumo**

A presente pesquisa trilha caminhos sobre a concepção de infâncias e crianças a partir de um olhar sensível a realidade da vida infantil na contemporaneidade rever a educação infantil como espaço referencial da infância e vem sendo acometido pelas diversas formas de violências. Direcionamos o foco para a violência na infância, partindo do princípio que a criança diante do contexto em que vive está propensa a ser vítima constante de violências. Busca-se compreender: por que as crianças são os principais alvos da violência na sociedade, e que fatores têm favorecido para esse alarmante episódio? Analisando alguns espaços públicos em que a criança ocupa, vem sendo acometido pelas diversas formas de violências.

Palavras-chave: Infância, criança, educação infantil, violências, sociedade.

### **Introdução**

Iniciamos a pesquisa com breve análise a concepção de infâncias que vem ocorrendo transformações significativas ao longo da história, aproximadamente no século XVIII surge o sentimento pela infância e preocupação familiar em torno da criança, a partir do século XIX ainda não existia instituições educacionais para crianças, era forte o discurso de quem eram responsáveis pelo cuidar da prole eram as mães, que ao residir um maior contingente da população na época em zona rural, muitas mulheres negras e indígenas eram violentadas sexualmente pelos senhores brancos, os quais a engravidavam e conseqüentemente desta relação indesejada inúmeras crianças nasciam órfãs ou levadas ao abandono. Nesse período surgem transformações com o crescimento da migração para o meio urbano, contribuindo com o avanço tecnológico e cultural do país.

Até meados do século XIX, não existia em nosso país o atendimento de crianças pequenas longe da mãe em instituições tipo creche, parques infantis ou jardins de infância. Essa situação modifica um pouco a partir da segunda

metade do século XIX, com o aumento da migração de moradores da zona rural para a zona urbana das grandes cidades e com a proclamação da República, fazendo surgir condições para um desenvolvimento cultural e tecnológico no país. (OLIVEIRA et al., p. 21, 2012).

Com o crescente desenvolvimento industrial e tecnológico nos centros urbanos marca o início dos movimentos operários reivindicando melhores condições de vida para as crianças.

Ao longo da segunda metade do século XX, o incremento da industrialização e da urbanização no país levou a um novo aumento da participação de mulheres no mercado de trabalho. Com isso, creches e parques infantis que atendessem em período integral passaram ser cada vez mais procurados não só por operárias e empregadas domésticas, mas também por trabalhadoras do comércio e por funcionárias públicas. (OLIVEIRA et al., p. 21, 2012).

Muito ainda precisa ser feito para um atendimento digno a criança, ainda se vê, a ausência da legitimação dos seus direitos, quer seja pela família, escola, sociedade e poder público. É válido compreender as diferentes concepções que chamamos de infâncias, que influencia no modo da criança ser e agir, a esse respeito Oliveira vem expressando que,

Como concepção de infância são construções históricas, em cada época predominam certas idéias de criança, de como esta se desenvolve e quais comportamentos e conhecimentos ela deve apresentar. Para entender este processo, é preciso pensar como circulam em nossa sociedade concepções sobre o desenvolvimento da criança, e o papel da família, da comunidade, da instituição educacional e dos órgãos governamentais na educação de meninos e meninas. Tais concepções orientam ações diversas por parte do poder público da iniciativa privada, conforme a camada social da população atendida. (OLIVEIRA et al., p. 20 e 21, 2012).

É interessante compreender as diferentes concepções que chamamos de infâncias, que presume ser destinada a criança. A infância se entrelaça as diferentes temporalidades, épocas e se diferencia de criança para criança de acordo com seu desenvolvimento e isso implica o contexto histórico, social e cultural da criança. Kohan vem afirmando as distinções de infâncias:

Uma é a infância majoritária, a da continuidade cronológica, da história, das etapas do desenvolvimento, das maiorias e dos efeitos: é a infância que, pelo menos desde Platão, se educa como um modelo. Essa infância segue o tempo da progressão seqüencial: seremos primeiro bebês, depois, criança, adolescentes, jovens, adultos, velhos. Ela ocupa uma série de espaços molares: as políticas públicas, os estatutos, os parâmetros da educação infantil, as escolas, os conselhos tutelares. Existe também outra infância, que habita outra temporalidade, outras linhas: a infância minoritária. Essa é a infância como experiência, como acontecimento, como ruptura da história,

como evolução, como resistência e como criação. (KOHAN, p. 94, 2007).

Para o autor essa infância revoluciona e a criança como sujeito que estabelece relações dialógicas interrompe a história e vive com intensidade em outros espaços por ela desconhecidos, ampliando suas experiências e possibilidades. Nessas condições a criança cresce e se desenvolve cultivando interesses, fazem amizade, aprende, observa, dialoga, experimenta, questiona, conflita, desconstrói e constrói sentidos sobre o mundo.

Sua história se constrói com seus pares, produzindo e compartilhando uma cultura da infância, constituída por idéias, valores, códigos próprios, formas específicas de compreensão da realidade, que lhe permitem não apenas reproduzir o mundo adulto, mas ressignificá-lo e reinventá-lo. (SALLES e FARIA, p. 57, 2012).

Isso implica em considerar a especificidade da criança, valorizando suas leituras de mundo, e com essas leituras a criança tem a possibilidade de intervir no mundo através das interações e experiências que vivencia. Nesse sentido, as Diretrizes Curriculares vem reforçar, essa concepção de criança,

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, 2010, p.12).

Um novo olhar a criança na infância trouxeram marcos importantes na história da educação, promovendo melhor atendimento à criança na responsabilidade do Estado e dos Municípios com a educação infantil.

(...) Educação infantil como uma política pública de educação que, simultaneamente, procura ultrapassar as fronteiras do assistencialismo que tutela os segmentos mais pobres da sociedade por meio de políticas compensatórias. Assim somos desafiados a acompanhar os novos marcos pedagógicos sociais e culturais produzidos na contemporaneidade que acabam introduzindo outros tipos de interrogações sobre a realidade de vida das crianças na complexidade de sua existência social (ARAÚJO et al., 2015, p. 24 e 25).

Ao analisar a educação como direito de toda criança sem discriminação, torna-se fundamental ressignificar o nosso olhar em relação às crianças e às infâncias, valorizando as diversas linguagens e culturas infantis. Um dos compromissos da educação inscrito no Art. 3º da Constituição Federal de 1988 é a redução das desigualdades sociais e a promoção do bem de

todos, ainda se vê a educação infantil ser negada para muitas crianças de forma discriminada, a educação está pautada em ser de qualidade para todos, mas não é oferecida a educação de qualidade a todas as crianças, violando esse direito constitucional adquirido com muitos entraves.

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (2013) vai caracterizar a educação infantil como espaço da promoção de equidade, e não deve alimentar e reforçar as desigualdades socioeconômicas, étnico - raciais e regionais. Sobre essa relação desigual no interior da educação infantil Carneiro (2011) afirma que as crianças brancas recebem mais oportunidades de se sentir aceitas e queridas que as demais; elas são consideradas “boas”, segundo a autora está estabelecido um círculo vicioso do racismo que estigmatiza uns e gera vantagens e privilégios para outros. Araújo (2015) vai relatar ainda que:

(...) Há crianças para as quais a importância dessa instituição está marcada justamente pela negatividade, como espaço vetado, seja pela ausência de vagas, seja ainda pelo desenvolvimento de práticas que silenciam as vozes infantis e não reconhecem suas marcas identitárias (ARAÚJO et al., 2015, p. 167).

Não é de se estranhar na Educação Infantil comportamentos adultos reforçando estereótipos, as crianças nela existente são atores sociais que pertencem a uma história, cultura, gênero e classes sociais distintas, Para Carneiro (2011) a omissão e o silêncio das professoras diante dos estereótipos e dos estigmas impostos às crianças negras são a tônica de sua prática pedagógica. Em uma sociedade desigual que o direito pertence às classes privilegiadas, é preciso um olhar sensível às crianças, uma vez que estão imersas em contextos sociais de violências, sejam, nos lares, escolas, igrejas e cidades, vivendo em extrema vulnerabilidade social. Nessa perspectiva, os autores afirmam que:

(...) Enquanto se mantiver uma estrutura social desigual, com concentração da renda nas mãos de pouco, o direito de brincar continuará sendo utopia e grande parte de nossas crianças continuará perdendo a infância, quebrando pedra, catando lixo, trabalhando na roça ou prostituindo-se (MARQUES e WACHS, 2015, p.123).

Tal estrutura social representa uma opressão gerando sobrecarga de obrigações e responsabilidades que as crianças assumem desde cedo funções dos adultos, sendo proibidas de brincar. E com essa ocupação do tempo infantil, presenciamos duas situações: as crianças menos favorecidas ficam a cargo da responsabilidade familiar, e tem a maior parte de seu tem

po na rua com vendas de doces, lavando carros, trabalhando em feiras livres, quando não, estão envolvidas na prostituição e criminalidade.

Enquanto que outras crianças, em condições econômicas favoráveis vivem seu tempo voltado para curso, estudo, balé, teatro, música, vivem em extremas exigências dos adultos para ser o melhor e ter melhores resultados nos estudos e futuramente o melhor profissional com destaque social, tirando o tempo de brincar e de estar com a família. Na busca de compreender por que as crianças são os principais alvos da violência, no dizer de Marques e Wachs (2015) a violência marca com requintes de crueldades, as páginas da história da humanidade: duelos, enforcamentos, fogueiras, guilhotinas, tronco, guerras e revoluções, é um fato histórico, social e humano de ampla abrangência, que atinge todas as classes e segmentos sociais.

Para Jares (2002) violência é tudo aquilo que impede as pessoas de se auto realizar como seres humanos. Vivemos numa sociedade excludente que exerce a força como poder para dominar e provocar danos e diversas crianças está perdendo a garantia de seus direitos as necessidades básicas vitais: educação, moradia, saúde, lazer, afeto, alimentação e segurança estando em situações de emergência, sendo agredidas e vendo seus corpos explorados sexualmente gerando lesões que marcam sequelas por toda vida.

### Considerações Finais

A pesquisa veio somar com o nosso saber trazendo reflexão e base teórica mais sistematizada sobre a criança e seus direitos no contexto da educação, melhor atuação pedagógica no cotidiano da educação infantil com um olhar sensível as necessidades da criança. De acordo com Fazenda (2003), os educadores em busca do conhecimento durante e no final do processo de pesquisa vai se percebendo um sujeito cada vez mais completo um sujeito que vai alargando e ao mesmo tempo, estreitando as suas relações com o conhecimento, na busca do saber.

A violência é fato histórico e pode iniciar, logo, ao nascimento da criança no seio familiar, ainda se ver o descaso com a criança, a ausência da legitimação dos seus direitos, quer seja pela família, pela escola, pelo estado, pelas autoridades constituintes e órgãos públicos. No ambiente escolar a violência ocorre em situações de agressões verbais, corporais, de disputas, de roubos, de bullying, de racismo e no uso de armas.

Conforme Kohan (2015), as violências, então, são questões que, neste momento impõem - se à pauta educacional, devendo ser enfrentadas e trabalhadas.

Segundo Marques e Wachs (2015) é preciso considerar que, ao ingressarem na escola as crianças trazem consigo suas experiências e histórias de vida muitas vezes marcadas por cenas reais de violências, a própria forma do professor agir nas relações de desrespeito entre crianças podem naturalizar ou propagar os atos de violências, Cavalheiro (2017) afirma que muitas vezes as crianças são incentivadas pelas próprias professoras a revidarem as agressões sofridas na escola.

A relação professor-aluno e vice versa, precisa ser construída com sensibilidade, uma relação pautada no respeito a si mesmo e aos outros, respeito às particularidades do indivíduo, uma relação responsável que articule escola, professor, família e comunidade no compromisso ético com a formação da criança, traçando caminhos possíveis que possibilita a criança se desenvolver integralmente no ambiente afetivo com proteção e segurança.

Enquanto perdurar um olhar insensível à criança, torna-se crescente o índice de violências infantil na sociedade, um olhar sensível á criança é a escuta do silêncio e do grito da criança suplicando por socorro a uma infância violada e para não ser mutilada é válido, ressignificar esse olhar, e rever que a criança necessita ser valorizada, amada e respeitada, precisa conhecer suas limitações e aprender a se relacionar com suas emoções, e a reagir diante de uma situação com equilíbrio e tranquilidade.

#### Referências

ARAÚJO, Vânia Carvalho de. et al (org.) **Educação infantil em jornada de tempo integral: dilemas e perspectivas.** Vitória: EDUFES, 2015.

**BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.**

\_\_\_\_\_,Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica/ Ministério da Educação. **Secretária de Educação Básica.** Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

\_\_\_\_\_,**Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil.** Brasília: MEC, SEB, 2010.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, Sexismo e desigualdade no Brasil.** São Paulo: Selo Negro, 2011.

CAVALHEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil.** 6. ed. São Paulo: Contexto. 2017.

CHALITA, Gabriel. **Educação: a solução está no afeto.** 7ed. São Paulo: Gente, 2011.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Interdisciplinaridade: qual o sentido?** São Paulo: Paulus, 2003.

JARES, Xesús R. **Educação para a paz: sua teoria e sua prática.** 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.

KOHAN, Walter Omar. **Infância, estrangeiridade e ignorância: ensaios de filosofia e educação.** Belo horizonte: Autêntica, 2007.

MARQUES, Circe Mara.; WACHS, Manfredo Carlos. **Paz e Educação Infantil.** São Paulo: Paulinas, 2015.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. et al (org.) **O trabalho do professor na Educação Infantil.** São Paulo: Biruta, 2012.

SALLES, Fátima.; Faria, Vitória. **Currículo na educação infantil: diálogo com os demais elementos da proposta pedagógica.** 2. ed. São Paulo: ÁTICA. 2012.